



**Ata da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia vinte e quatro de
abril de dois mil e quinze**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Maria João Almeida André;-----

----- - António Manuel Saraiva Gonçalves;-----

----- - Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo;-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados Municipais: António Manuel Saraiva Gonçalves por motivos profissionais e de Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo por questões de saúde. Mais informou que a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Sandra Monique Beato Pereira justificou a sua ausência por compromissos profissionais.-----

-----Ainda antes de começar a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu desculpa pelo horário de realização desta assembleia ordinária, às nove horas e trinta minutos, pois como era do conhecimento de todos estavam convocados para uma Convenção Autárquica às quinze horas, daí ter-se antecipado esta sessão, bem como

todos os outros eleitos que receberam também a respetiva convocatória/convite. Também referiu que a Convenção Autárquica era um espaço de discussão sobre os temas que foram propostos a debate e que estavam incluídos na convocatória/convite, que eram seis pontos, todos eles de interesse para o nosso concelho, e portanto seria essa a atividade a desenvolver no período da tarde. Informou que à noite haveria um concerto musical com Luís Pastor, que com certeza seria um grande concerto, muito interessante, pelo que todos estavam convocados, e como diria o Zeca Afonso, "traz outro amigo também."-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não há público presente, e como tal vamos avançar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."-----

-----**2. Período Antes da Ordem do Dia:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Alguma intervenção neste período? Faça favor de intervir, Senhor Deputado."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Só gostaria de realçar que quando houver eventos promovidos pela Assembleia Municipal, penso que deviam ser melhor explicados de forma informal, por e-mail, para que cada um de nós perceba exatamente o que se vai realizar, pois eu entendo que o Senhor Presidente e a Mesa estejam plenamente informados sobre o que vão fazer porque são os promotores, mas os Deputados Municipais podem ficar um bocado à margem não tendo o alcance completo, pois por exemplo para amanhã desconheço quase a totalidade do evento que se vai efetuar, e nesse sentido e uma vez que tem de existir coerência entre todos os Membros aqui presentes, penso que de futuro nos devem informar melhor das situações e acontecimentos que irão ocorrer. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Temos que reconhecer que de facto há um défice de comunicação, pois os documentos muitas vezes não chegam a horas e deviam chegar com antecedência, reconheço isso, mas todos para esta convenção receberam uma carta com a convocatória e com os temas que lá estão, pois no fundo também não há muito mais para explicar, porque os temas estão lá e a gente vai falar daqueles assuntos, uma vez que todos nós estamos convocados para falar deles."-----

O evento de amanhã também está publicitado, é a sessão comemorativa do 25 de Abril de 1974, eu é que fiz um texto que foi divulgado, onde dizia que esta sessão evocativa não teria um carácter tão solene, daí convocarmos o público para ler poesia, falar das suas vivências de abril, e depois eventualmente um ou outro discurso para encerrar, mas queríamos que amanhã a sessão não tivesse aquele peso solene como tem noutros sítios e noutros espaços, mas ter mais uma interatividade de cidadania, ou seja, um espaço de cidadania, daí convidar as pessoas a participarem naquilo que são as memórias e o presente do 25 de Abril. Como vos disse vamos ter poesia ao dispor, vamos convocar a assistência a ler, os Deputados Municipais com certeza também vão ser desafiados a ler uma poesia, e portanto será esta a forma, que achamos melhor, de promover esta interatividade com os munícipes, e pensamos nós que é uma melhor forma de exercer a cidadania, do que estarmos lá todos com pompa e circunstância a ler três discursos, penso que não são tempos para isso, mas de qualquer modo está registada a sua preocupação."-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Recebemos uma Moção da Assembleia Municipal de Viseu, que reuniu na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015, onde solicitava uma melhor legislação no combate à corrupção. Também podíamos subscrever esta Moção pois esse é um desejo que todos temos, mas que pouca eficácia tem o nosso desejo. Depois recebemos do Tribunal de Contas uma informação técnica, é uma forma de como os Municípios e as Empresas Locais devem prestar contas, nomeadamente através da prestação eletrónica, mas isto é uma parte técnica, e não recebemos mais nada."-----

-----**3.1.1 Apreciação das Atas das Sessões de 29 de dezembro de 2014 e de 27 de fevereiro de 2015.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não sei se as leram, mas se as leram e se houver alguma coisa a alterar, façam favor de dizer. Não havendo nada a apontar podem ser aprovadas, isto apesar de já terem sido aprovadas em minuta. Diga Senhor Deputado."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Só queria chamar a atenção que uma vez estando o novo Código do Procedimento Administrativo em vigor, não sei até que ponto é que estas atas saíram já prejudicadas possivelmente não, mas para futuro o Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal saberá melhor do que eu como especialista em Direito Administrativo, que o Código do Procedimento Administrativo traz e tem impacto substancial no funcionamento das instituições públicas, nomeadamente desta assembleia. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. A ata desta sessão já vai estar e vai ter que cumprir os normativos do Código do Procedimento Administrativo. Estas que estamos a apreciar não, uma vez que são de 29 de dezembro de 2014 e 27 de fevereiro de 2015. Portanto se não houver reparos e já estavam aprovadas em minuta, ficam aprovadas por força de não haver retificação a fazer."-----

-----**3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito bom dia a todos. Saudar aqui os Senhores Deputados Municipais e obrigado pela vossa presença para mais uma sessão da assembleia municipal. Desde já também desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonso e Vilar de Amargo, que tanto quanto sei está adoentado e tem andado aí com uns problemas de saúde um pouco complicados, e portanto desde já quero desejar uma rápida recuperação e as melhoras para o Senhor Acácio Augusto Morais. Começaria então aqui a fazer um pouco o balanço das contas e também da atividade que o Município tem vindo a desenvolver. Desde já gostaria de salientar que nós tomámos posse a 19 de outubro de 2013, e portanto este não foi um ano completo de atividade do executivo, sendo que o ano de 2014 foi de facto o primeiro ano efetivo de trabalho por parte deste executivo. Posso desde já dizer que foi um ano complicado, tanto mais que tivemos que tomar aqui algumas decisões particularmente difíceis para este executivo, isto por força de uma imposição legal, e estou a falar concretamente da dissolução e encerramento da Empresa Municipal, a qual foi uma situação difícil para todos nós em que efetivamente tivemos que tomar uma posição, isto por forma a salvaguardar não só os interesses do Município, mas também salvaguardando os interesses dos trabalhadores, tanto para aqueles que foram

internalizados como para os outros que foram dispensados. Para além dessa situação tivemos que desbloquear também a situação do novo Centro de Saúde bem como do Centro de Inspeção de Veículos. Posso-lhes dizer desde já que ambas as obras estão a decorrer com normalidade, tanto que para o Centro de Saúde se prevê a sua finalização para meados do mês de maio, não sei se conseguiremos concluir tudo no mês de maio, mas o mais tardar no mês de junho esperamos que a obra esteja concluída, pois temos mantido contacto permanente com a ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, no sentido de tentarmos assegurar também o mais rapidamente possível a vinda de médicos para o Município. Tem havido aqui contactos constantes com a administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, isto com o objetivo de se suprir este défice de médicos do nosso concelho, pois eles estão a par das preocupações deste executivo, tanto que ainda esta semana enviámos mais um ofício dirigido à administração deste organismo para tentarmos resolver esta situação, e agendarmos novamente outra reunião para se tentar contornar este problema da falta de médicos no concelho, e portanto estamos conscientes dessa necessidade e dessa urgência, isto apesar de termos lançado o Seguro de Saúde Municipal. Não obstante isso, e também em relação ao Centro de Inspeções de Veículos, pois como sabem as obras já começaram, uma vez que já conseguimos desbloquear todo o processo que estava um pouco emperrado, e finalmente as obras estão a decorrer a bom ritmo. Contudo, gostaria de voltar mais atrás e começar a falar efetivamente sobre a situação financeira e orçamental do Município, pois como disse este executivo tem tido uma preocupação em manter as contas de abusar de bom fluir, uma vez que temos conseguido fazer a tal contenção de despesa que nos propusemos desde o início. De facto temos vindo a fazer um esforço significativo na contenção de despesa, pois conseguimos realmente reduzir a despesa, e posso-vos dizer que se consegui reduzir na aquisição de bens e serviços cerca de 85.194,00 euros (oitenta e cinco mil cento e noventa e quatro euros), que resultam essencialmente da diminuição de rubricas de águas, isto é, da aquisição de águas à empresa das Águas do Zêzere e Coa, e também da rubrica de limpeza, higiene e pagamentos de saneamentos à empresa das Águas do Zêzere e Coa. Também dizer-lhes que por exemplo no que respeita ao fornecimento de serviços externos, ou seja, tudo aquilo que seja comunicações móveis, limpeza, higiene e aquisição de outros serviços, conseguimos fazer aqui uma redução na ordem dos 2.526,00 euros (dois mil e quinhentos e vinte e seis euros). No que respeita aos custos com pessoal, aqui é que se verificou um

aumento na ordem dos 344.172,36 euros (trezentos e quarenta e quatro mil cento e setenta e dois euros e trinta e seis cêntimos), mas isto é resultante essencialmente da internalização dos funcionários da Empresa Municipal e naturalmente do pagamento das indemnizações aos funcionários que foram dispensados por renúncia de contrato de trabalho. Não obstante isso, o executivo tem vindo a tentar reduzir tudo aquilo que sejam gastos supérfluos, desde seguros, viaturas, comunicações, prestações de serviços, temos tentado reduzir em todas as rubricas os gastos excessivos. O nosso maior credor continua ser a empresa das Águas do Zêzere e Coa, e portanto nós temos aprovisionado, ou seja, nós temos uma rubrica de provisões para resolver este problema, tanto que eu já tive oportunidade de dizer no âmbito da reunião da CIM - Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela de que este executivo está preocupado com esta situação, porque de facto os juros que estamos a pagar são bastante elevados, pois ainda na semana passada se a memória não me falha tivemos uma reunião com o Conselho de Administração das Águas do Zêzere e Coa, no sentido de tentarmos ultrapassar aqui alguns obstáculos e eventualmente até renegociar os valores da dívida existente, mas como sabem isto não depende exclusivamente do Município, porque existem vários Municípios que estão na mesma situação que o nosso, e que na reunião de CIM - Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela, e numa ação concertada foi decidido interpor uma ação judicial no Tribunal Arbitral, e isso demora algum tempo tanto quanto sei pois eu não especialista em questões jurídicas, mas por aquilo que me é dito parece que é um processo complicado, e portanto as coisas parecem-me que estão a decorrer com toda a normalidade. Também dizer-lhes que em termos de Contas Individuais, o Município conseguiu este ano obter resultados líquidos positivos em 131.057 euros (cento e trinta e um mil e cinquenta e sete euros), e em termos Consolidados também conseguiu ter resultados positivos de 520.692 euros (quinhentos e vinte mil seiscentos e noventa e dois euros), o que revela bem a contenção que temos tido e o tal rigor orçamental que queremos imprimir. Também em termos de execução orçamental, posso-vos dizer que se analisarem o relatório da gestão do Município constata-se facilmente, por exemplo uma melhoria no grau de execução da despesa que passou de 57% do ano 2013 para 73% no ano de 2014, e isto implica uma diferença de sensivelmente e para terem uma noção de que valores é que estamos a tratar de 2.706.284 euros (dois milhões setecentos e seis mil duzentos e oitenta e quatro euros), o que revela que não tentámos empurrar de todo os valores do orçamento. O valor da dotação total da despesa para 2014 era de 14.097.65

euros (catorze milhões e noventa e sete mil e sessenta e cinco euros), quando efetivamente o total da despesa que foi paga foi de 10.253.185 euros (dez milhões duzentos e cinquenta e três mil e cento e oitenta e cinco euros), e o mesmo se passa aqui com as receitas, em que estava previsto arrecadar sensivelmente 10.541.642 euros (dez milhões quinhentos e quarenta e um mil e seiscentos e quarenta e dois euros), mas o que se conseguiu efetivamente cobrar foi 8.213.577 euros (oito milhões duzentos e treze mil quinhentos e setenta e sete euros), ou seja, o grau de execução da receita foi na ordem dos 78% face aos 64% do ano anterior, e portanto mais uma vez frisar aqui que houve uma amortização excecional de um empréstimo que tinha sido contraído pelo anterior executivo e que nós decidimos amortizar, e que naturalmente influenciou aqui no valor das contas. Os rácios que são apresentados também são aceitáveis, pois a grande maioria e principalmente o peso das despesas totais sobre as receitas totais evidencia que as receitas conseguem cobrir a grande maioria das despesas. Existe é alguma fragilidade em termos de rácios de liquidez uma vez que estes são inferiores à unidade, o que revela aqui alguma e eventual dificuldade em insolver compromissos de curto prazo. Também no que respeita ao endividamento líquido do Município, este não ultrapassou o limite do endividamento que estava estabelecido para o ano de 2014 que era de 9.255.94 euros (nove milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e noventa e quatro euros), e portanto este ficou aquém daquilo que seria o limite que tínhamos para o endividamento. No que respeita ao capital em dívida, temos vindo também a sofrer umas reduções a nível do endividamento, de capital em dívida, pois por exemplo em 2012 tínhamos 6.601.626 euros (seis milhões seiscentos e um mil seiscentos e vinte e seis euros), em 2013 portanto tínhamos 6.049.178 euros (seis milhões quarenta e nove mil cento e setenta e oito euros), e em 2014 tínhamos 3.132.720 euros (três milhões cento e trinta e dois mil setecentos e vinte euros), e também aqui conseguimos efetivamente reduzir o valor dos capitais em dívida. Também ao nível dos serviços foi feito um esforço significativo para se conseguir realizar a Reorganização Interna dos Serviços, pois como sabem conseguimos fazer a progressão da alteração orgânica do serviço, e isso já está em vigor, o que implicou algumas alterações em termos de funcionamento e de reafectação de pessoas, e parece-me que neste momento estamos em condições de conseguir executar o serviço, sendo certo que continuamos a ter aqui alguns défices em termos de recursos humanos, principalmente em termos de Engenheiros Civis continuamos a ter alguns défices. Fruto desta Reorganização Interna dos Serviços também implicou que se

fizessem alguns ajustamentos em termos de edifício, e por isso é que foram feitas aquelas obras nos Serviços Técnicos, para onde estão a funcionar os Serviços de Água, que é para depois se passarem os Serviços Administrativos, aquilo que nós designámos como Balcão Único, será canalizado para aquela nova área que está completamente remodelada para albergar e funcionar de maneira diferente no que respeita ao atendimento aos munícipes. Dar-lhes conta também no que respeita às obras que estão em curso, algumas já efetuámos, e posso-lhes dizer por exemplo que praticamente está concluída a obra da construção do Pavilhão da Incubadora de Oficinas e da Indústria na zona Industrial, estamos a ver se conseguimos fazer uma melhoria dos Balneários do Estádio Municipal, a remodelação das instalações sanitárias na Escola do 1.º Ciclo, obra essa que foi considerada importantíssima porque já não oferecia as melhores condições aos alunos que a frequentam diariamente, foram feitas também as remodelações e as adaptações no edifício dos Serviços Técnicos com vista à instalação do Espaço Cidadão, a remodelação do espaço no Tribunal de Figueira de Castelo Rodrigo, irão também começar as obras para a instalação de uma caixa multibanco em Barca de Alva, bem como algumas melhorias na Etar existente nesse local para ultrapassar alguns problemas que ali temos, principalmente com alguns cheiros nauseabundos e que de facto prejudicam não só o turismo mas a população que ali reside, e também irão ser desenvolvidos os procedimentos para a adjudicação da obra respeitante à melhoria da rua das Flores, em Barca de Alva. Em Almofala, estão a ser feitas várias melhorias que tem a ver com a requalificação das ruas, e estamos a ver se conseguimos efetivamente projetar algumas alterações e melhorias num edifício que é emblemático aqui para o Município, que é o quartel da Guarda Nacional Republicana, e portanto temos vindo aqui a encetar alguns contactos com o Comando Territorial no sentido de se tentar fazer ali algumas alterações, isto para aproveitar os fundos comunitários que aí vêm e naturalmente contando também eventualmente com o auxílio do Ministério da Administração Interna. Também em termos de projetos propriamente ditos que temos em curso, pois como sabem lançámos o Concurso Internacional do Seguro de Saúde Municipal, o qual é um seguro inovador e que é complementar ao Serviço Nacional de Saúde, pois visa suprir algumas das necessidades e carências dos nossos munícipes, salvaguardando-lhes o seu bem-estar e qualidade de vida, proporcionando-lhes consultas grátis num espaço de sete dias, sem terem que pagar qualquer taxa moderadora ou qualquer copagamento, no que respeita a consultas de

clínica geral ou eventualmente consultas de especialidade. O concurso já terminou no dia vinte deste mês, e já começaram a abertura de concursos e estamos em fase de audiência prévia. Só para lhes dizer que houve uma grande adesão a este Seguro de Saúde Municipal tendo o Município recebido seis propostas, e agora vamos ver como é que é o desenvolvimento do trabalho e qual será a empresa vencedora deste concurso que está a decorrer. Também lançámos recentemente o Projeto Social "Estou no Radar", o qual é um projeto ambicioso, direcionado para a partilha e colaboração com as associações de âmbito local, de empreendedorismo social e que tem vários eixos, pois não sei se tiveram oportunidade já do consultar, uma vez que já foi publicitado e divulgado na comunicação social, mas genericamente tem seis ações que passo a enunciar: «Ação I - Exercitar a cidadania - A Loja do conhecimento; Ação II - Promover os níveis de saúde, e portanto isto também vem ao encontro desta preocupação com a questão de saúde e do cuidar dos munícipes; Ação III - Do Rural ao Urbano - "O Clube dos Produtores", isto para tenta dar aqui um impulso na dinamização dos nossos produtos locais através dos diversos produtores; Ação IV - S.O.S Idoso, aqui também a tentar-se implementar um sistema de tele assistência; Ação V - As aldeias/Lar, aqui também com dois objetivos principais, em que por um lado fazer a recuperação e a requalificação de alguns edifícios que estão em degradação nas diversas freguesias e dar-lhe algum aproveitamento em prol e em benefício dos idosos, em que eles terão ali uma sala onde poderão ser servidas refeições, e em segundo lugar também criar um espaço residencial onde os familiares dos idosos ou outros interessados possam passar um fim de semana ou algum tempo; Ação VI - A Cegonha - Móbil, que tem a ver com a mobilidade dos nossos munícipes provenientes das freguesias em direção à sede do concelho», e portanto é um projeto ambicioso que naturalmente precisa aqui do empenho e da colaboração com as associações locais no sentido de se implementar. Obviamente que tal como tínhamos dito o Município continua a apoiar as Associações, desde a Associação dos Bombeiros Voluntários Figueirenses, ao Ginásio Club Figueirense, aos Sapadores Florestais, aos Lares de Terceira Idade, pois como sabem alguns deles já abriram, pelo menos dois, o da Vermiosa foi feita a bênção do Lar no domingo passado e tanto quanto sei o de Vale de Afonsinho, embora não tivesse tido o conhecimento formal da bênção do Lar de Vale de Afonsinho, pois não fomos formalmente informados dessa situação, mas efetivamente também já realizaram a respetiva bênção, e nós continuámos sempre a dar o apoio aos Lares, havendo aqui uma exceção ao Lar da Reigada porque

efetivamente tinha sido combinado e articulado com os responsáveis desta Associação de que o Município poderia ajudar, aliás foi aprovado em reunião de câmara um valor de 100,000 euros (cem mil euros), para atribuir ao Lar da Reigada mas que ainda não lhe foi pago, porque o que ficou acordado é que assim que contraíssem o empréstimo para suprir o restante dinheiro em falta, os tais 20% que não eram comparticipados pelos fundos comunitários nós poderíamos disponibilizar bem essa verba de 100.000 euros (cem mil euros), e só para lhes dar uma indicação para o Lar de Vale de Afonsinho em 2014 foi dado 140.000 euros (cento e quarenta mil euros), para a Vermiosa foi dado 95.101.80 euros (noventa e cinco mil cento e um euros e oitenta e oito cêntimos), e portanto isto no total e considerando a globalidade dos valores que foram atribuídos para os Lares em anos anteriores, desde o ano de 2010 até 2014 perfaz um valor de 348.301.16 euros (trezentos e quarenta e oito mil trezentos e um euros e dezasseis cêntimos) o que é um valor bastante significativo. Também temos vindo a desenvolver algumas atividades de dinamização e de implementação de vários regulamentos, os quais foram aprovados em reunião de câmara e alguns já estão em fase de conclusão, pois estou a falar nomeadamente do Regulamento para a Venda de Lotes na Zona Industrial, os Regulamentos de Incentivo para a Fixação de Empresas Industriais na Zona Industrial, do Regulamento do Ninho de Empresas, do Regulamento do Canil Municipal, do Regulamento de Apoio ao Associativismo, do Regulamento de Apoio à Natalidade, ou seja, o executivo tem tido a preocupação no sentido de aprovar vários regulamentos, isto para ficar tudo devidamente regulamentado e que possibilita desenvolver o trabalho com algum rigor e com alguma equidade. No que respeita à parte cultural e educacional, também aqui tem havido a preocupação de preservar alguns eventos que já vinham sendo realizados, nomeadamente a Festa da Flôr da Amendoeira, a Semana Cultural do Livro e da Leitura, enfim temos tentado também implementar aqui um cunho mais pessoal, designadamente no que respeita o apoio às questões culturais, implementando aquele mês dos Concertos de Música Clássica e haverá para breve uma outra novidade que não vou revelar ainda, e a questão da dinamização do Borrego da Marofa e o tal Festival do Borrego da Marofa que foi realizado no mês de novembro, e naturalmente que mantemos aquele protocolo de colaboração com a CP- Comboios de Portugal por causa da Rota do Borrego da Marofa, e portanto tem havido uma forte adesão por parte de outras pessoas que se deslocam ao nosso concelho, pois ainda no sábado passado visitaram-nos cerca de quinze pessoas no âmbito desse protocolo o que para nós é

bastante positivo, mas podem pensar o que é que são quinze pessoas, não, quinze pessoas são importantes, são mais quinze pessoas que se deslocam, isto de quinze em quinze dias parecendo que não dá de facto algum apoio e alento à parte da restauração, e obviamente que eles também vão servir de promotores e de dinamizadores do nosso concelho pois irão divulgá-lo certamente, pois todos quanto nos visitam são bem acolhidos e naturalmente vão transmitir para os seus amigos e familiares para visitarem o nosso concelho. Portanto e muito sumariamente tem sido mais ou menos esta a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pelo Município, e naturalmente continuamos a desenvolver um trabalho que não é fácil, como calculam, mas que estamos a tentar com algum esforço dinamizar e criar algumas dinâmicas diferentes, por exemplo também referenciar e estava-me a esquecer que penso que tem sido bastante positivo e badalado até lá fora a questão dos Torneios de Andebol, porque não só servem para dinamizar uma modalidade desportiva diferente que é o futebol, que porventura é sempre o desporto rei digamos assim, aquele que é mais potenciado nos diversos concelhos, mas aqui temos tentado implementar também alguma força numa outra modalidade que é o andebol, mas não é só a questão da modalidade do andebol, mas o facto de ele ter sido realizado em conjunto com três municípios aqui dos territórios de baixa densidade dá-lhe outro ânimo e força, porque de dar uma lufada de ar fresco aos nossos produtores, principalmente na Adega Cooperativa certa forma transmite-se para o exterior de que quando há vontade e empenho por parte dos diferentes Presidentes, consegue-se desenvolver um projeto que não se confina a um único Município, e portanto vem gente de outros Municípios para nos virem visitar, e por sua vez nós proporcionamos a ida dos nossos munícipes aos outros concelhos o que criamos aqui algumas dinâmicas que são positivas, e tanto quanto sei temos sido bastante elogiados pela criação desta rede de interligação, partilha e de colaboração com outros Municípios. Portanto é nesta senda de trabalho que queremos continuar a trabalhar, pois conseguimos de Figueira de Castelo Rodrigo que tem havido de facto progressos visíveis, tanto mais que se conseguiu colocar os nossos vinhos nos barcos da Empresa Douro Azul e irá ser servida também uma refeição do Borrego da Marofa o que para nós é de salutar e é benéfico, conseguimos também elevar os nossos vinhos para os Estados Unidos da América, pois neste momento já estamos a exportar vinho para esse país, o que é bastante positivo. Assim sendo, temos que a implementar este esforço, pois à mais trabalho para se realizar e eventualmente dedicarmo-nos a outros setores que são vitais, nomeadamente aos azeites

aplicar-lhes alguma força e alguma dinâmica, e é nesse sentido que iremos trabalhar. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberto o espaço de debate para apreciarmos esta informação. Eu quero aqui registar, em primeiro lugar que esta informação do Senhor Presidente penso que cumpre melhor o que está na Lei, pois nós estávamos habituados a uma informação muito sumária, quase resumida, mas de facto faz sentido que nós, Deputados, fiquemos a saber em concreto as atividades e a situação financeira do Município. Em relação à situação financeira do Município, existe aqui uma preocupação e há uma doença que nos acompanha e que nós temos que nos livrar dela e que se chama Águas do Zêzere e Coa, pois acho que, de uma vez por todas, temos que fazer um esforço e arranjar, seja com outros Municípios ou não, arranjar solução para ver se curamos esta doença porque é muito dinheiro, porque são um milhão de euros que nos acompanha constantemente e que bloqueia qualquer veleidade de atividades que esta câmara municipal possa fazer, e libertar esse dinheiro para outras funções, que nós temos tantas onde gastar e está aqui cativo. Dava a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Bom dia novamente. Sem desprimor, arrisco-me a dizer que o Senhor Presidente da Câmara misturou o ponto 3.10 e a Informação da Situação Financeira do Município, uma vez que esta Informação é uma descrição do momento atual e deve reportar apenas ao período que mediou desde a última assembleia municipal. Obviamente que o Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação das Contas do Município, e apraz-me dizer que ouvi com bastante atenção as contas, mas simplesmente não sei se hei-de fazer as questões no ponto correto ou se deverá ser neste momento. Não sendo no ponto correto, eu penso que o Senhor Presidente da Câmara possa neste momento se versar verdadeiramente sobre a Situação Financeira do Município, e deixamos esta discussão para o ponto 3.10."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vamos deixar essa discussão para o ponto 3.10. O Senhor Presidente já adiantou algum serviço, e portanto já vai ser mais fácil a explicação relativa à Prestação de Contas. Mais alguma intervenção? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Bom dia a todos. Em relação aquilo que o Senhor Presidente aqui nos disse para mim não é novidade, porque quem estiver com atenção realmente vai reparando que esta câmara municipal manteve os eventos que a outra tinha, e pelo contrário aumentou e muito. A nível da situação financeira, acho que o que aqui ficou claro, penso eu, não sei se estou enganado, é que realmente a dívida diminuiu e se não for assim as pessoas que me corrijam. Ao contrário do que alguns dizem de que afinal não valeu a pena mudar eu estou aqui a chegar a uma conclusão, e também para mim não é novidade porque vou estando atento aquilo que se vai fazendo, e há outros que também veem mas às vezes não se quer ver, mas não é novidade que realmente valeu a pena mudar, nem que fosse porque afinal conclui-se que este executivo apoia mesmo todas as Associações, não há restrições e não se colocam grandes dificuldades a apoiar seja que Associações forem, sejam elas ligadas a um lado sejam elas ligadas a outro e por aí fora, é só ir-se estando atento aquilo que o Senhor Presidente aí disse que penso eu que seja verdade. Em relação às Águas do Zêzere e Coa, eu não concordo muito que se tenha que abater a dívida, pois acho que terá de haver outras maneiras, também há outros municípios que devem, enfim não sou muito a favor de que esta câmara municipal tenha como preocupação diminuir esta dívida, penso que existem outras prioridades tal como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e bem. Assim tenho que concluir que a situação geral melhorou e muito, e eu até me atrevo a dizer que alguém me comparasse aquilo que esta câmara municipal fez durante um ano, e o que outras que por cá passaram que dizem que fizeram muito no mesmo tempo, é que eu acho que há pessoas que estão a julgar este executivo como se estivesse na câmara municipal há oito anos, e eu costumo dizer que o executivo municipal ainda não sabe bem as cadeiras onde estão sentados, ou seja, ainda andam a ver se estão bem sentados ou não, mas isso é outra discussão. Agora há uma falha em minha opinião muito grave, a qual eu já fiz chegar ao Senhor Presidente da Câmara essa preocupação, penso que este executivo tem uma dificuldade tremenda em explicar às pessoas aquilo que realmente fez, porque elas ainda não se aperceberam neste espaço de um ano o que é esta câmara municipal fez, as obras que o Senhor Presidente elencou, as pequenas reparações do Estádio Municipal, entre outras, que a nós nos vão passando despercebidas. Eu acho que se deve melhorar e muito a comunicação com as pessoas, pois mesmo agora com a apresentação do Projeto "Estou no Radar", é verdade que o apresentaram para a comunicação social, mas se

formos aqui fora, a Figueira de Castelo Rodrigo ou ao concelho, as pessoas para quem esse projeto está direcionado ninguém sabe sequer que existe, agora deixo aqui este desafio ao executivo que comunique como deve ser com as pessoas, e depois verá que estas realmente se vão apercebendo que estão a trabalhar e a executar, e que certamente comparando, e volto a fazer este desafio às pessoas, que comparem este ano de mandato com outros mandatos em tempo de vacas magras e que comparem, e depois que vejam a diferença. Quanto ao Douro Azul, este não existe só agora em Figueira de Castelo Rodrigo e nunca conseguimos um tostão deles, pelo contrário só trazia despesa e ainda nos deixavam o lixo, agora esta câmara municipal tem uma preocupação está a tentar, provavelmente ainda não será tudo, também espero que a Douro Azul ainda dê mais a Figueira de Castelo Rodrigo do que aquilo que já deu, mas já é um princípio. Em relação ao Centro de Inspeções irão dizer que já estava lançado pelo anterior executivo, mas quem teve que ultrapassar todas essas dificuldades foi este executivo. Quanto ao Centro de Saúde, eu acho que o Senhor Presidente ainda é novo nestas andanças da política, e está a ser otimista demais a dizer que a inauguração se vai realizar para o mês de maio ou junho, pois eu atrevo-me a dizer que será muito próximo das eleições legislativas. No que respeita aos apoios às Associações, eu ouvi para uns comentários de que houve uma pequena crise na câmara municipal derivada a uma Associação em que foi concedido um subsídio de 23.000.000 euros (vinte e três mil euros), mas muito sinceramente gostava que alguém me explicasse quais os serviços que presta, para saber se realmente valeu a pena ou não atribuir o subsídio a essa Associação, pois se presta um bom serviço à população penso que sim que deve ser apoiada nos mesmos termos que são todas as outras.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Não havendo vamos avançar.”-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 24/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Projeto de Regulamento Municipal de restrição dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no Município de Figueira de Castelo Rodrigo.** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Senhor Presidente quer apresentar o regulamento?”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Apenas dizer que por força de algumas alterações que houve na Lei, relativamente não só ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e dos seus respetivos horários de funcionamento, e que também veio trazer aqui algumas alterações em termos de simplificação do regime de exercício de diversas atividades no âmbito da iniciativa de "Licenciamento Zero", e portanto que veio aqui liberalizar também os horários e proceder a uma descentralização da decisão dos limites destes, isto implica que o Município estava obrigado a fazer o respetivo ajustamento em termos de regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, e basicamente foi isso que o Município se limitou a fazer, a tratar efetivamente destas alterações, ou seja, ajustá-las à nova realidade da Lei que está a vigor, por forma a que se conseguisse também flexibilizar aqui algumas situações e poder ter alguma autonomia nas decisões que estavam a ser tratadas. O regulamento está à disposição e não vou estar aqui a elencar agora quais são as alterações, mas é fundamentalmente para ajustar as alterações que houve na Lei, no que respeita ao funcionamento e às restrições dos horários e de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão sobre este regulamento. Não havendo nenhuma intervenção vamos colocar à votação esta proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Apreciação da Proposta n.º 29/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Protocolo de Colaboração - União das Freguesias de Almofala e Escarigo - Substituição de calçada na rua Marques de Andrade.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente para explicar este protocolo."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Este Protocolo de Colaboração com a União das Freguesias de Almofala e Escarigo prende-se precisamente com a tal requalificação do espaço, de uma empreitada de substituição da calçada na rua Marques de Andrade, em Almofala. Era uma situação que estava já projetada anteriormente e que era essencial avançar com ela, e houve por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia um ofício a solicitar a colaboração e a compreensão deste executivo para esta requalificação e substituição desta calçada, que estava em

muito mau estado e bastante degradada e que já não servia efetivamente nem prestigiava e dignificava a referida freguesia, e entendemos então que era de apoiar esta empreitada. Como se trata de um valor elevado de 61.319,82 euros (sessenta e um mil trezentos e dezanove euros e oitenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), com um prazo de execução de 150 dias, e naturalmente face aos poucos recursos da Freguesia, era fundamental que houvesse aqui o estabelecimento deste Protocolo para que se pudesse auxiliar a respetiva Junta de Freguesia, no sentido de desenvolver esta empreitada e portanto é isso que está em apreciação, é realmente esta melhoria no espaço envolvente desta rua Marques de Andrade, em Almofala."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão sobre este protocolo. Faça favor, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Isto é ali para o nosso Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Almofala e Escarigo, acho que está correto, desde que seja para dar apoio às freguesias pois elas merecem-nos todo o respeito e carinho, mas pode é pecar por pouco porque podia ter sido dado um pouco mais."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Não sei se haverá mais alguma intervenção? Se mais ninguém se quer pronunciar vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

----- **3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 49/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Inquérito Público - Projeto de alteração ao Regulamento do Canil Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Como sabem nós tínhamos o regulamento que esteve em discussão pública durante o prazo de trinta dias, ou seja, o prazo legal que estava estabelecido para se poderem pronunciar, quer os munícipes ou quem assim o entendessem fazer as alterações ao respetivo Regulamento do Canil Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Já agora dar-lhes aqui informação adicional, portanto era importante estabelecer-se um regulamento por forma a que o Município pudesse cobrar alguns valores por um serviço que era prestado a um outro Município, estou

a falar concretamente do Município de Pinhel, com o qual temos uma relação próxima de colaboração no que respeita também aqui ao Canil Municipal, porquanto nós vamos recolher animais e eles trazem também animais para o nosso canil, e isto tem custos obviamente e a única forma de se poder cobrar aqui alguns valores por estes gastos que são feitos no âmbito da recolha dos animais, tínhamos que estabelecer um regulamento e portanto tínhamos que regulamentar esta questão. Este regulamento vai permitir também estabelecer um protocolo com Freixo de Espada à Cinta, que também nos solicitou a nossa colaboração e os nossos préstimos no que respeita à recolha de animais nesse concelho. Assim sendo, este regulamento para já vai possibilitar a recolha de animais e também cobrarmos os valores correspondentes, isto com uma parceria entre os dois concelhos, o Município de Pinhel e o Município de Freixo de Espada à Cinta. De facto este é o fim de linha de todo este processo, ou seja, já esteve em discussão pública durante trinta dias e não houve qualquer proposta de alteração qualquer que seja, e portanto é para se aprovar definitivamente o Regulamento do Canil Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer intervir? Faça favor, Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Aproveitava para felicitar o Senhor Presidente pelo simples facto de interiorizar a ideia do que é trabalhar em rede com os outros Municípios vizinhos, talvez não estívéssemos na situação atual a nível do municipalismo, se há uns anos a esta parte essa ideia e esse ideal estivesse em pleno vigor, pois se nós temos o Canil e se tem capacidade para albergar mais animais, acho muito bem que se consiga rentabilizar o espaço porque tem custos de funcionamento obviamente, e que não são baixos, indo buscar animais a concelhos vizinhos. Queria só e era a razão pela qual intervi, de alertar o Senhor Presidente que deverá alterar o Regulamento de Taxas e Licenças do Município, de forma a conseguir cobrar as taxas efetivas, uma vez que no Regulamento há uma remissão explícita ou implícita para o Regulamento de Taxas e Licenças e a tabela que lhe é anexa, e essa tabela deverá obrigatoriamente conter os valores que depois cobrará aos Municípios e às pessoas que queiram usufruir dos serviços do Canil Municipal. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais intervenções? Não havendo vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 50/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Inquérito Público - Projeto de Regulamento Municipal e Toponímia e atribuição de Números de Polícia para o Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Presidente tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Aqui também se trata de um Regulamento que foi submetido à Câmara Municipal e já aqui foi trazido à Assembleia Municipal que se relaciona com a toponímia e com a atribuição de números de polícia no concelho. Decorreu o prazo para apreciação, apresentação de alterações ou de contestação ao Regulamento, e como não houve nenhum contributo, alteração ou situação contrária aquilo que estava proposto no respetivo regulamento, ele é aqui submetido para apreciação e votação final, assim como de conclusão processual em termos de regulamento."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Intervenções? Não havendo nenhuma intervenção, vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 52/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Protocolo de Colaboração - Freguesia de Escalhão.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Dava a palavra ao Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "A Freguesia de Escalhão remeteu ao executivo, um ofício a solicitar que se fizesse uma alteração e alguns melhoramentos numa empreitada de calçetamento da Rua designada Rua Suja, e que foi renomeada recentemente como Rua das Flores, em Barca de Alva. Naturalmente que consideramos que esta empreitada é de extrema necessidade, até porque a rua não oferece o mínimo de segurança para os idosos que lá circulam, pois ainda há pouco tempo tive conhecimento de que um ou dois idosos caíram e acabaram por se lesionar nessa calçada. Para além disso, também é uma rua que tem acesso ao Centro do Dia e é bastante frequentada, e naturalmente que o Município e este executivo não poderiam estar alheio a essa vontade de se melhorar essa rua. Foi solicitado e dado o valor também elevado que está implícito nessa empreitada, pois estamos a falar de 37.000,00 euros

(trinta e sete mil euros), acrescidos de IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), e como é um valor muito elevado para aquilo que é possível suportar por parte da Junta de Freguesia, entendeu-se então estabelecer este Protocolo de Colaboração com a Junta, por forma a que o Município a pudesse apoiar nesta obra e empreitada. Portanto e assim sendo, trazíamos aqui à apreciação de V. Exas, para efetivamente aprovarem este Protocolo de Colaboração com a Freguesia de Escalhão."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão. Alguém que queira intervir? Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Paulo Batista."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** "Bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e respetivos Membros. Realmente depois de ver estes dois Protocolos dos quais concordo, pois é muito importante de uma vez por todas e penso que se está a começar a iniciar esse processo de haver protocolos entre a Câmara Municipal e as Freguesias, mas existe uma situação que a mim pessoalmente me está a deixar preocupado, porque como o Senhor Presidente da Câmara sabe que há trabalhos já realizados desde a altura da campanha eleitoral, como é o caso do Largo da Amoreira na Freixeda do Torrão, em que temos lá cerca de 20.000,00 euros (vinte mil euros) por pagar já há mais de um ano, e queria procurar ao Senhor Presidente qual é que é a solução para estas obras, e se calhar para outras que aí estão realizadas e já concluídas há bastante tempo, como é que será a solução de uma vez por todas para estes casos porque as Freguesias não tem dinheiro suficiente para pagar estes trabalhos, e como é que iremos resolver estas situações. Era só isto que queria perguntar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Faça favor de falar, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente da Junta está a falar de uma obra atual ou do anterior executivo? Portanto isso será uma dívida antiga."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhores Deputados, o diálogo é com a Mesa e esta é que dá a palavra. Portanto, penso que o Senhor Presidente tem alguma informação a dar a este Senhor Deputado."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Esta questão terá que ser analisada com algum cuidado, tanto mais que pela informação que tenho não existe nenhum Protocolo de Colaboração estabelecido com o anterior executivo, só através de um acordo verbal.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Senhor Deputado, eu proponha que fosse ter com o Senhor Presidente e resolvem com certeza o assunto. Mais intervenções sobre o Protocolo de Colaboração assinado com a Freguesia de Escalhão? Não havendo vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Eu pedia agora aos Senhores Deputados que o **ponto 3.10** passasse a **3.8** e portanto o **ponto 3.8** passaria a **3.10**. Vamos então apreciar, discutir e aprovar o **ponto 3.10** que agora é o **3.8**.”-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 56/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Prestação de Contas 2014 - Individuais e Consolidadas.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “O Senhor Presidente já nos foi avançando alguma coisa, espero que agora e solicito algum resumo porque a informação já foi prestada. Tem a palavra, Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Eu tentarei ser breve e não me repetir demasiado face ao que já tinha dito no início da sessão. Apenas dizer o seguinte, em termos de Balanço Consolidado a 31 de dezembro de 2014, este evidencia um total de balanço de 34.119.499,28 euros (trinta e quatro milhões cento e dezanove mil quatrocentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos), e um total de fundos próprios de 19.457.572 euros (dezanove milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e setenta e dois euros), incluindo aqui o resultado líquido positivo de 520.692 euros (quinhentos e vinte mil seiscentos e noventa e dois euros). Esta contabilidade como vocês sabem foi certificada por um Revisor Oficial de Contas, que esteve aqui a analisar as contas do Município e o Relatório de Certificação indica que neste momento o Município goza de boa saúde financeira. As amortizações também foram feitas pelo método das quotas constantes, e em termos de grau de execução de despesa eu já tinha referido que ela passou de 57% (cinquenta e sete por cento) em 2013 para 73% (setenta e três por cento) em 2014, ou seja, um diferencial de sensivelmente 2.706.284 euros (dois milhões setecentos e seis mil duzentos e oitenta e quatro euros). Também o valor da dotação da despesa, em termos de execução da despesa corrente atingiu-se um grau de execução de 77,88%

(setenta e sete vírgula oitenta e oito por cento), e quanto a despesas de capital 65,88% (sessenta e cinco vírgula oitenta e oito por cento). No cômputo geral, em termos de grau de execução da despesa no global alcançámos os 73% (setenta e três por cento) grosso modo. No que respeita às receitas, em termos de receita corrente, conseguimos um grau de execução de 101% (cento e um por cento), ou seja, ultrapassámos aquilo que era a previsão, pois era de 7.414.891,00 euros (sete milhões quatrocentos e catorze mil e oitocentos e noventa e um euros), e cobrámos 7.553.780,00 euros (sete milhões quinhentos e cinquenta e três mil setecentos e oitenta euros), e em termos de receita de capital, estava previsto 3.125.751,00 euros (três milhões cento e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros), e efetivamente só conseguimos cobrar 654.671,00 euros (seiscentos e cinquenta mil seiscentos e setenta e um euros), o que dá uma execução de 21% (vinte um por cento). Na avaliação em geral e em termos de execução da receita atingimos um grau de execução de 78% (setenta e oito por cento). Em termos de Contas Individuais do Município, elas apresentam um resultado positivo líquido de 131.057,31 euros (cento e trinta e um mil e cinquenta e sete euros e trinta e um cêntimos). Naturalmente que eu já referenciei que houve o registo das previsões para os tais riscos resultantes das Águas do Zêzere e Coa, portanto estão lá registados em provisões 1.798.671,00 euros (um milhão setecentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e um euros). No que respeita a rúbricas, dívidas a instituições de crédito, aqui é importante salientar este valor que está lá espelhado no balanço, que é de 2.736.461,98 euros (dois milhões setecentos e trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e um euros e noventa e oito cêntimos), houve aqui um decréscimo dessa rúbrica e que se deve essencialmente à amortização extraordinária que foi feita de um empréstimo no valor de 2.408.696,34 euros (dois milhões quatrocentos e oito mil seiscentos e noventa e seis euros e trinta e quatro cêntimos). Tudo o que seja também aumento de custos de pessoal já tive oportunidade de dizer que se deve a correções de exercícios anteriores, e concretamente pelo facto de se estarem a pagar as tais indemnizações ao pessoal que foi dispensado da Figueira, Cultura e Tempos Livres, e também à internalização do pessoal, dos vinte e cinco que foram internalizados, e estes custos com pessoal representam sensivelmente 34% (trinta e quatro por cento) do total das despesas correntes. As amortizações também se reduziram face a 2013, isto primordialmente por duas razões, por um lado porque não houve a transferência de obras finalizadas para a rubrica de obras concluídas, e por outro também o facto de algum equipamento já ter ultrapassado o seu

tempo de vida útil. Os rácios quer de liquidez quer de liquidez reduzida quer os rácios de cobertura das despesas pelas receitas, apresentam valores considerados razoáveis, concretamente o peso das despesas totais sobre as receitas totais evidenciam que as receitas conseguem cobrir a totalidade das despesas. Em termos de liquidez, é que referencieei que havia alguma fragilidade por causa de se dissolverem os compromissos de curto-prazo. Quanto ao endividamento, é sempre importante verificar o nosso endividamento, se ultrapassámos ou não os limites de endividamento a que o Município está sujeito, e efetivamente não ultrapassámos esses limites de endividamento, pois o limite estabelecido para 2014 era de 9.255.094,00 euros (nove milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e noventa e quatro euros), e o endividamento líquido do Município foi de 3.132.720,46 euros (três milhões cento e trinta e dois mil setecentos e vinte euros e quarenta e seis cêntimos), e portanto ficámos muito aquém do que era o limite de endividamento. Assim, e só para terem uma ideia em termos de capital em dívida, também já tive a oportunidade de referenciar que conseguimos diminuir esse capital em dívida. Focando agora a parte da Empresa Municipal, como sabem ela entrou a liquidação a 31 de agosto de 2014, o Município sob proposta da Câmara Municipal e por deliberação da Empresa Municipal assumiu todo o ativo e o passivo da Empresa Municipal. Nós comprometemo-nos com os trabalhadores pagar a totalidade das despesas das indemnizações até ao dia 15 de dezembro de 2014, e o executivo cumpriu com o pagamento desse valor que rondará na globalidade entre indemnizações e outros subsídios cerca de 320.000 euros (trezentos e vinte mil euros). A Empresa Municipal apresentou resultados líquidos negativos, aliás nem poderia ser de outra forma, de 386.503,20 euros (trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e três euros e vinte cêntimos), fundamentalmente devido a ter assumido resultados líquidos negativos de anos anteriores, pois já vinham, salvo erro, cerca de 45.000,00 euros (quarenta e cinco mil euros) negativos de 2012, e sensivelmente 125.000,00 euros (cento e vinte e cinco mil euros) negativos de 2013, e portanto sendo 125.471,32 euros (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e um euros e trinta e dois cêntimos) de 2013. Também do balanço ressalta a dívida a fornecedores, em que nós naturalmente já baixámos essa dívida, e que ascende a 155.550,20 euros (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta euros e vinte cêntimos), dos quais 40.690,00 euros (quarenta mil seiscentos e noventa euros) são para o Estado. O Município vai saldar brevemente estas dívidas a fornecedores, tanto mais que alguns deles são fornecedores locais, e portanto com algum valor significativo, avultado e

que lhes faz falta naturalmente, e que vamos tentar saldar essa dívida o mais breve possível, e também em relação ao Estado temos tentado pagar as nossas dívidas, e chegou que essa situação está sanada. Já agora dar-lhes conta no que respeita à Empresa Municipal, e será o ponto a seguir na ordem de trabalhos, este executivo abriu o procedimento concursal para a contratação de funcionários, pois abriu 25 vagas para funcionários no sentido suprir as necessidades do Município. Ainda em relação à Empresa Municipal, do balanço consta um total de ativos de 65.075,15 euros (sessenta e cinco mil setenta e cinco euros e quinze cêntimos), e um passivo de 487.016,80 euros (quatrocentos e oitenta e sete mil e dezasseis euros e oitenta cêntimos). Da demonstração de resultados da Empresa Municipal, ressalta que houve um decréscimo de vendas e de prestação de serviços, aliás como não poderia deixar de ser, pois só funcionou até 31 de agosto de 2014, porque a partir dessa data deixou de ter atividade, e portanto é normal que tenha havido esta quebra nas prestações de serviços, e também se nota a redução dos subsídios à exploração, que passaram de 261.442,94 euros (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos) em 2013, para 51.279,76 euros (cinquenta e um mil duzentos e setenta e nove euros e setenta e seis cêntimos) em 2014, o que representa um decréscimo de 410% face ao ano anterior. Também se nota uma redução nos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como nos fornecimentos, serviços externos e obviamente nos custos com pessoal, isto porque só houve seis meses efetivos de laboração e a partir daí deixou de funcionar, passando a atividade a ser assumida pelo Município. No que respeita ao saldo de gerência que foi apurado e que transita para 2015 juntamente com o saldo de tesouraria dá um total de 1.635.286,28 euros (um milhão seiscentos e trinta e cinco mil duzentos e oitenta e seis euros e vinte e oito cêntimos), e temos um saldo de execução de 1.518.666,02 euros (um milhão quinhentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e seis euros e dois cêntimos), e depois adicionamos a isto o saldo de tesouraria de 116.610,26 euros (cento e dezasseis mil seiscentos e dez euros e vinte seis euros), o que perfaz o total de 1.635.286,28 euros (um milhão seiscentos e trinta e cinco mil duzentos e oitenta e seis euros e vinte e oito cêntimos). Portanto de salientar aqui de facto, que face aquilo que vem na certificação legal de contas, emitido pelos respetivos Revisores Oficiais de Contas, estes esclarecem que, para já, o Município continua a gozar de uma situação financeira estável e saudável, se quiserem dizer assim, e certamente que o executivo continuará a manter e a aprimorar esta contenção de custos no sentido de se evitar alguma derrapagem, e isto é

importante de salientar, porque este aspeto implica e trará influência naturalmente no desenvolvimento futuro do concelho."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente por mais estes esclarecimentos. Esta matéria contabilística, ainda dizem que a matéria jurídica é de difícil acesso, mas a contabilística também me parece que o é, para além de que tivemos alguma dificuldade em abrir este ficheiro que nos foi enviado, e estes esclarecimentos são importantes com alguma precisão e extensão. Feitas estas afirmações pelo Senhor Presidente, então abrimos um espaço de debate. Quem se inscreve? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Voltando um bocado atrás, uma vez que a parte da prestação de contas foi efetivamente apresentada no ponto 3.2 e a situação financeira atual acabou por não ser, mas temos a informação para nos fundamentar. Apenas queria deixar duas ideias, dizer que compreendo obviamente a necessidade de fazer a analogia com o ano de 2013, uma vez que as contas que estão em análise são de 2014, mas não é propriamente o ano ideal para fazer essa comparação muito menos a nível político, uma vez que foi um ano de eleições autárquicas que sucederam quase no meio do ano, e portanto foi um ano contabilisticamente complicado, porque misturou dois executivos, duas opções políticas e é difícil de fazer essa extrapolação e comparar 2014 a 2013. De qualquer forma, compreendo perfeitamente a razão do aumento do percentil da execução orçamental, uma vez que neste momento não estamos em altura de candidaturas ao nosso quadro comunitário pois estamos num momento de transição, e os orçamentos normalmente aquando em plena vigência dos quadros comunitários são empolados de propósito como todos sabemos para conseguir alocar verbas aos fundos comunitários, e portanto o aumento que refere está plasmado nessa situação, e pelo qual eu sei que compreende perfeitamente. Queria chamar a atenção, que já o fiz o ano passado, para o facto de existir ainda um valor elevadíssimo a nível de dívidas de cobrança duvidosa, nomeadamente no que diz respeito à cobrança de água e saneamento que ronda os 90.000,00 euros (noventa mil euros), é um valor que se mantém de orçamento para orçamento, e eu peço que o Senhor Presidente não poderá ficar indiferente, é um valor elevado, são cerca de 100.000,00 euros (cem mil euros) que deverão ser devidamente acautelados, pois eu sei que está em vigor um plano de pagamentos destas dívidas a prestações, talvez seja importante divulgá-lo e fazê-lo

implementar. Dizer também que referiu que as Associações, bem como o Senhor Deputado José Mano, de que neste momento não há diferenças entre as Associações do concelho, mas penso que anteriormente também não havia, a sua foi apoiada por diversas vezes que eu saiba, nunca lhe fecharam as portas da câmara municipal por causa disso, e penso que o Senhor Presidente da Câmara também não fecha as portas a ninguém, e gostaria de saber uma vez que diz que apoiou a Associação Humanitária dos Bombeiros Figueirenses, como está a situação do Protocolo e do pagamento da cobertura das obras que foram realizadas com o apoio da câmara municipal, em que falta liquidar uma parte substancial, que tem um reflexo no passivo daquela Associação que infelizmente é significativo mas que não devia espelhar esse valor, uma vez que foi um compromisso da câmara municipal que acabaria por assumir esse valor, o qual não está devidamente liquidado. Nesse sentido também gostaria de chamar a atenção, de que não obstante o rácio de funcionários versus despesas correntes não estar muito elevado, porque se fizermos uma pesquisa no rácio de funcionários por número de habitantes, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo é aquele que tem mais funcionários em todo o Distrito. E porquê? Este valor tem a ver com a questão da demografia, pois o Senhor Presidente sem contratar ninguém está a aumentar o número de funcionários da instituição, não sei se consegue perceber facilmente, mas uma vez que estamos a perder população de forma substancial todos os anos, a cada ano que passa temos mais funcionários não obstante o esforço de redução de funcionários, o que pode fazer perigar até a própria subsistência do Município por ter funcionários a mais, não os tendo porque tem população a menos, não sei se faz sentido o que eu estou a dizer, mas se fizer uma pesquisa no Portal dos Municípios, que foi criado recentemente, poderá facilmente constatar que a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo é aquela que tem mais funcionários por habitante a nível do Distrito da Guarda, e portanto não é algo que deva ser esquecido ou deixado ou acaso. Queria também só apenas para terminar uma vez que falou na Certificação Legal de Contas, os Senhores Revisores colocaram uma reserva que tem a ver com a faturação às Águas do Zêzere e Coa, que de algum tempo a esta parte não está ser devidamente faturada. Falou-nos que houve uma poupança de 85.000,00 euros (oitenta e cinco mil euros) homologamente ao ano anterior, pergunto se essa poupança está diretamente relacionada com o facto de não estar a faturar o devido às Águas do Zêzere e Coa conforme está na Certificação Legal de Contas. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Senhor Deputado José Orlando faça favor."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Em relação aos funcionários, o Senhor Deputado querará dizer que como temos menos população aumentam os funcionários, deve ser isso. Quanto às dívidas e à Associação Humanitária dos Bombeiros Figueirenses, eu gostava que o Senhor Deputado fosse mais explícito para todos nós compreendermos o que é que se passa, por exemplo de quanto é que é a dívida, quanto se deve, se é uma dívida atual, se é antiga, é deste executivo ou de outros executivos, por isso era bom que o Senhor Deputado nos explicasse aqui concretamente o que é que se passa com as dívidas aos Bombeiros, que é para nós, Deputados, sabermos se realmente a Câmara Municipal está a cumprir com as suas obrigações para com esta Associação ou não."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Deputado, sei que o Senhor Presidente está inteiramente dentro do assunto mas não me importo de poder partilhar, porque não sou membro da Direção, mas faço parte dos Corpos Sociais dessa Associação, e como sabe recentemente foi candidatado ao POVT com sucesso e com uma taxa de financiamento comunitária muito elevada à requalificação do quartel, que era uma obra que Figueira de Castelo Rodrigo merecia, e os Bombeiros mereciam ter a sua casa condigna e que funcionasse de forma plena às necessidades da proteção civil, do socorro e das outras valências que aquela casa neste momento tem. Sucede que aquela candidatura não compreendia a reparação das coberturas ou dos telhados daquela casa que estavam degradadas e que punham em causa todas as obras que viessem a fazer, porque havia infiltrações que se verificavam especialmente na zona do Salão Nobre e que acabariam por estragar todas as obras que estavam a ser feitas, e na altura a Associação falou com a Câmara Municipal e suscitou a questão da reparação dos telhados, e esta deu a anuência à Associação para poder concluir a empreitada nomeadamente a reparação dos telhados, e neste momento a dívida está em aberto para com o empreiteiro, atenção a Câmara Municipal não deve nada, a dívida está em aberto para com o empreiteiro e a Associação não consegue liquidar essa dívida, uma vez que a Câmara Municipal ainda não fez honrar aquilo que foi acordado em devido tempo, pois está em ata de reunião de câmara, não existe nenhum protocolo formal se é assim que a vou referir, mas obviamente que a Associação passa por dificuldades, grandes dificuldades, a nível financeiro como

sabem, está em discussão na Associação Nacional de Municípios um novo quadro de financiamento das Associações com o qual não posso ser mais a favor, pois neste momento as Associações são apoiadas conforme os Municípios querem, e de futuro se tudo acontecer, como tudo indica, vão receber diretamente do orçamento municipal uma tranche, quer as Câmaras Municipais queiram quer não queiram, isto porque o serviço que é prestado pelas Associações é sempre o mesmo e deve ser apoiado de forma concreta e contínua. A Associação Nacional de Municípios é contra, como é óbvio, porque vão buscar uma fatia substancial ao orçamento municipal, mas se calhar eu também acho que as Câmaras Municipais não devam ter que suportar a 100% (cem por cento) essa incumbência do apoio, pois o Poder Central também o devia fazer, mas é uma forma de corrigir certas situações que se têm verificado, e o Senhor Deputado conhece bem as Associações Voluntárias, e sabe perfeitamente que há poucas em Portugal de boa saúde financeira infelizmente, porque a ação que elas prestam é sempre deficitária, e é nesse sentido que falo ao Senhor Presidente, alertar apenas e tentar sensibilizá-lo para que num futuro próximo possa honrar aquilo que foi acordado pela Câmara Municipal, e num protocolo que venha a celebrar acrescentar o valor das coberturas, até porque o empreiteiro como devem compreender está numa situação limite, porque ele fez a obra e não recebeu. Obrigado."---

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente algum esclarecimento quanto a esta questão?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Se me permite só esclarecer, que em 2014 o executivo teve a preocupação e aliás quem tomou a iniciativa até de vir falar connosco a dar conta dos problemas e das dificuldades financeiras de que grassa a Associação Humanitária dos Bombeiros Figueirenses foi o Senhor Presidente da Associação, e desde o primeiro momento que este executivo deu o seu aval e a sua anuência para apoiar a Associação, e se bem me lembro esta foi apoiada com 60.000,00 euros (sessenta mil euros), mas como sabem houve uma inspeção por parte da Inspeção Geral das Finanças no Município, desde janeiro até fevereiro de 2014, alertou para determinadas situações relativamente à atribuição dos apoios às Associações, e que deveriam estar devidamente enquadradas em termos regulamentares, pois deveria ser criado um quadro legal para a atribuição desses apoios. Não obstante isso, o executivo acabou por atribuir uma verba que já referi anteriormente à Associação Humanitária dos Bombeiros Figueirenses. Confesso que já este ano e na última reunião de câmara, estava

previsto levar a atribuição desse apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Figueirenses, só que entendi não o levar por uma razão, porque efetivamente este ano e curiosamente o Senhor Presidente da Associação ainda não contactou o Município para a gente dialogar, até porque haveria aqui um interesse em fazê-lo, uma vez que o Município tem vontade em articular com esta Associação, no sentido de se disponibilizar uma ambulância a colocar em Barca de Alva, pois como sabem entram cerca de 300 000 (trezentos) mil turistas por este local, e, infelizmente, tanto quanto sei, já faleceram uma ou duas pessoas porque não houve um socorro imediato, e eu penso que isso não é bom para o concelho, tanto mais que são muitos turistas e eventualmente isso pode causar alguns constrangimentos no fluxo turístico, e portanto era de todo conveniente que houvesse este diálogo com o Presidente da Associação, porque isso vai trazer custos adicionais e a mobilização de meios, tem custos acrescidos para a Associação, e em vez de se estar agora a levar um Protocolo que poderia ser eventualmente de mais de 60.000,00 euros (sessenta mil euros) para a Associação, poderemos equacionar aqui um valor superior de acordo com aquilo que fosse proposto pela Associação, por forma a que se colocasse a ambulância em Barca de Alva. Eu não direi que a ambulância tenha que estar o dia todo mas pelo menos parte do dia, nomeadamente no período da manhã, enquanto os turistas estão lá, porque depois ao longo do dia eles deslocam-se ou aqui para a sede do concelho ou então para a Espanha como sabem, mas pelo menos alguma parte do período da manhã e eventualmente fim da tarde quando eles regressarem que haja ali algum meio de socorro, para eventuais situações de crise e de emergência que sejam necessárias uma pronta ação por parte dos Bombeiros, e portanto a única razão porque ainda não foi desenvolvida esta colaboração, por um lado tentei já agendar uma reunião com o Senhor Presidente da Associação e ainda não foi possível fazê-lo e efetivamente não houve esse contacto este ano ainda por parte do Senhor Presidente da Associação, mas não obstante isso já estava nas nossas preocupações, aliás já era para ter ido na última reunião de câmara e estão aqui os Senhores Vereadores e podem confirmar isso, só que depois retirámos porque de facto acho que é importante articular este ponto, e em vez de estarmos a aprovar um apoio de 60.000,00 euros (sessenta mil euros), e depois ter que estar a fazer uma adenda ou um protocolo para lhe atribuir mais uma verba, é preferível que isto seja negociado previamente e depois chegarmos a um valor e entendimento que seja razoável e exequível para a Associação, sem a penalizar, pois eles prestam-nos um serviço e serão renumerados

por isso, mas pelo menos estamos a prestar um serviço muito importante em Barca de Alva, e a transmitir alguma preocupação com os turistas que visitam o nosso concelho, e penso que isso seja primordial e estou em crer de que não haverá nenhum obstáculo ou impedimento do Senhor Presidente da Associação quanto a esta questão, julgo eu, a não ser que haja alguma outra questão de como não terem meios ou recursos suficientes, mas não me parece que haja algum impedimento, e depois naturalmente que serão discutidas as outras questões relacionadas com a parte da cobertura."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Vamos a mais intervenções. Não havendo vamos colocar à votação o ponto 3.8 antigo 3.10. **Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 56/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Prestação de Contas 2014 - Individuais e Consolidadas.** Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 55/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Abertura de Procedimentos Concurrais Comuns.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Aqui e na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 22 de agosto de 2014, que aprovou a dissolução e a liquidação da "Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M" e a internalização das atividades no Município, porque consideradas essenciais no regular funcionamento do concelho, e a manutenção das adequadas condições e qualidade de vida dos cidadãos, e considerando que o Município não dispõem dos meios humanos suficientes para assegurar o seu desenvolvimento, havia a necessidade de se proceder ao recrutamento de vinte e cinco trabalhadores. Para o efeito foram realizadas nos termos legais as consultas necessárias, cujos pareceres estamos aguardar, nomeadamente à CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e à DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais. Nestes termos atente o facto de que o desenvolvimento das atividades se encontra asseguradas por trabalhadores em regime de cedência, isto apenas e até agosto, impõem-se que seja despoletado o procedimento concursal, que visa a ocupação dos postos de trabalho em causa, como se disse essenciais ao regular funcionamento do concelho, o que se inicia com a deliberação da Assembleia Municipal, no sentido de autorizar a respetiva abertura do concurso, pelo que se propõem então aqui à ilustre Câmara e naturalmente

submeter-se aqui à Assembleia Municipal obviamente o assunto, no sentido de se deliberar a autorizar a abertura destes procedimentos concursais em causa, de forma a que se consiga, claro que aqui condicionada ao parecer daquelas consultas externas que foram feitas e que ainda não obtivemos resposta, e também ao cabimento orçamental dos encargos com estes recrutamentos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberto um período de debate. Quem se inscreve e quem quer intervir sobre esta matéria? Não havendo nenhuma intervenção vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.10. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 54/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, 2ª Revisão ao Orçamento e GOP de 2015.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Esta revisão era necessária implementar fruto de duas situações, foi feito o apuramento do saldo de gerência agora nas contas de 2014, em que foi apurado o valor do saldo na posse do serviço de 1.513.608,51 euros (um milhão quinhentos e treze mil seiscentos e oito euros e cinquenta e um cêntimos), e saldo na posse de serviço consignado de 5.067,51 euros (cinco mil setenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), o que perfaz o tal total de 1.518.676,02 euros (um milhão quinhentos e dezoito mil seiscentos e setenta e seis euros e dois cêntimos), que corresponde ao saldo de Gerência e que foi inscrito agora nesta revisão orçamental. O valor do saldo consignado diz respeito ao valor que foi comprometido na obra da «Construção do Pavilhão Multiusos», mas que ainda não tinha sido pago. No que respeita às despesas, esta revisão contempla várias situações que por razões de eficiência não cabe agora aqui evidenciá-las todas, mas vou elencar duas ou três que serão importantes, tais como, as alterações ocorridas na rubrica «Transferências Correntes para as Freguesias», que dizem respeito apenas a anos seguintes, ou seja, houve uma necessidade de reforço de verba para 2016 e 2017, devido aos tais protocolos que se encontram em fase de aprovação, os Acordos de Execução. Também aqui a alteração fruto do Fundo de Apoio Municipal, pois como sabem o Município viu-se obrigado a registar 507.000,00 euros (quinhentos e sete mil euros) sensivelmente deste fundo, que dizem respeito a uma

mudança de rubricas, em que foram contabilizadas numa rubrica e teve que ser alterada para outra rubrica, e a necessidade de se introduzirem aqui algumas obras, que o executivo não tinha contemplado em orçamento, e que são necessárias para se poderem agora desenvolver os procedimentos para a abertura das empreitadas e para a realização das obras propriamente ditas, e que eventualmente possam vir futuramente e, espero que seja para breve, a candidatá-las aos próximos fundos comunitários, no âmbito do Portugal 2020. Estamos a falar aqui de obras como por exemplo, a Regeneração Urbana de Figueira de Castelo Rodrigo, nomeadamente e concretizando, a requalificação da Capelinha de Nossa Senhora da Conceição, sensivelmente 100.000,00 euros (cem mil euros) previstos, melhoramentos dos passeios na Avenida 25 de Abril cerca de 15.000,00 euros (quinze mil euros), e a requalificação da rede de águas e saneamento, temos aqui inscritos 100.000,00 euros (cem mil euros) mas seguramente que será mais; a Remodelação do Largo Mateus de Castro, sensivelmente 30.000,00 euros (trinta mil euros); a reconstrução do Forno Comunitário das Cinco Vilas, contemplados 50.000,00 euros (cinquenta mil euros); Beneficiação da Capela Mortuária de Escarigo 6.000,00 euros (seis mil euros); Construção do Centro Cívico e de Convívio de Figueira de Castelo Rodrigo 375.000,00 euros (trezentos e setenta e cinco mil euros); a requalificação de algumas rotundas; a Construção do Observatório de Astronomia com 184.600,00 euros (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos euros); o acesso pedonal ao tal Observatório; inscrevemos já desde esta fase inicial um valor residual, de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros) para a Remodelação do Quartel da GNR (Guarda Nacional Republicana); a Construção de um Quiosque Promocional de Figueira de Castelo Rodrigo no Largo Mateus de Castro 12.000,00 euros (doze mil euros); na Habitação Social / Aquisição de Habitações nas várias freguesias foi aqui contemplado um valor de 40.000,00 euros (quarenta mil euros); Caminhos Agrícolas e Rurais que estão aqui elencados; a Mobilidade Urbana Sustentável, portanto a Ligação de Figueira de Castelo Rodrigo ao Convento de Santa Maria de Aguiar e Castelo Rodrigo, ou seja, aquela via externa; Pavimentação do Largo da Igreja das Cinco Vilas 11.349,00 euros (onze mil trezentos e quarenta e nove euros); Requalificação do Ribeiro da Reigada e Envolventes 60.000,00 euros (sessenta mil euros); o problema da Resolução das Águas Pluviais na Transversal na Rua D. Manuel cerca de 15.701,00 euros (quinze mil e setecentos e um euros); a Requalificação e Adaptação do Edifício denominado de Creche 120.000,00 euros (cento e vinte mil euros); a Construção do Regadio Público no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo / Requalificação da Barragem

de Santa Maria de Aguiar temos aqui, uma verba de Projeto de 25.000,00 euros (vinte cinco mil euros) e Obra 5.000,00 euros (cinco mil euros) para já; a Construção do Reservatório de Abastecimento de Água Pública na Reigada; Reabilitação da ETAR de Barca de Alva e Regulação da Pressão no Loteamento da Cruz da Vila; a Construção do Compartimento para albergar o ATM em Barca de Alva; a questão de algumas obras adicionais que eram necessárias contemplar aqui nas várias Freguesias. Esta 2ª Revisão Orçamental era para enquadrar algumas obras que não estavam efetivamente especificadas em PPI, e aquelas que estavam eventualmente detalhá-las de forma diferente, como a divisão entre Estudos e Obras propriamente ditas, porque em termos contabilísticos isso também tem que ser devidamente desagregado, por forma a que se consiga dar uma ideia real para onde é que houve a canalização das verbas, se foi para estudos e projetos ou se foi para a obra propriamente dita, e portanto é fundamentalmente em relação a estes projetos que estamos a tratar nesta 2ª Revisão Orçamental."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Quem quer intervir? Senhor Deputado Carlos Almeida faça favor de intervir."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** "Eu vejo com satisfação que há aí muita obra que é importante para o concelho. Os Presidentes de Câmara têm sido com alguma frequência motivos de chacota pela construção de rotundas, pois estas têm proliferado por aí e por vezes parece que é um desafio para ver qual o Presidente de Câmara que consegue construir mais. No entanto, há rotundas que para mim são absolutamente necessárias para incrementar a segurança viária, e muito concretamente estou a falar em duas que eu gostava de ter visto aqui nestas obras, porque penso que são necessárias, e que são, uma rotunda que deveria ser feita no cruzamento das chamadas duas estradas, que quando se vai de Figueira de Castelo Rodrigo para a Vermiosa e se cruza com Almofala e para Vilar Torpim, portanto acho aquilo muito perigoso especialmente para quem vem de Almofala para Figueira de Castelo Rodrigo e entra na estrada, vê com muita dificuldade se vem ou não gente da Vermiosa, acho que é muito perigoso, e uma outra que é da entrada da Freixeda do Torrão no cruzamento com a estrada para a Penha de Águia, acho que aquilo é um perigo, pois com alguma frequência quando chego ali fico a hesitar, pois não sei se me devo puxar mais para a direita ou mais para a esquerda, portanto aquilo está perigoso. Eu gostaria de ver essas obras, e possivelmente admito que

haja outras nestas circunstâncias, mas as que eu estou a ver como mais urgentes são estas, e gostava de ver isso inscrito nas obras prioritárias que esta Câmara Municipal deveria desenvolver."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Já agora só dizer em relação a isso, que a da Freixeda do Torrão já foi pedido um estudo para efetivamente se fazer essa alteração, já dei despacho e portanto em breve será concretizada essa alteração. Em relação à rotunda do cruzamento das duas estradas, de facto ainda não está feito o estudo, mas concordo com o Senhor Deputado, efetivamente deve ser feita e é uma urgência que seja construída, porque de facto está ali está um perigo, mas será tida em consideração."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Mais intervenções? Se não houver mais intervenções vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Damos por encerrada esta sessão, alertando que às quinze horas aqui na Casa da Cultura e não lá em cima no Pavilhão dos Desportos, porque está a ser preparado o palco para a festa de logo à noite, pois vamos realizar aqui a 1ª Convenção Autárquica. Até lá."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----